

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E EDUCAÇÃO POPULAR

os Círculos de Cultura na Escola de Serviço Social /UFF - Niterói

CURRICULARIZATION OF UNIVERSITY EXTENSION AND POPULAR EDUCATION
the culture circles at the School of Social Work / UFF - Niterói

Valéria Rosa Bicudo¹

Jéssica Santos²

Matheus Oliveira de Paula³

RESUMO

Este artigo trata da educação popular como estratégia pedagógica no ensino superior público, com foco na curricularização da extensão no curso de Serviço Social da UFF/Niterói. Parte-se do problema de que o ensino superior, historicamente, tem reproduzido práticas educativas alinhadas à lógica do capital, restringindo o potencial crítico e emancipador de linhas pedagógicas alternativas na formação acadêmica. O objetivo é analisar o processo de curricularização da extensão na Escola de Serviço Social da UFF/Niterói, por meio da experiência com os Círculos de Cultura, sua ênfase na educação popular e o seu diálogo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A análise busca enfatizar que a educação popular pode tensionar as práticas instituídas nas universidades e contribuir para a formação de profissionais críticos e sintonizados com uma perspectiva de universidade popular. A hipótese central é a de que a incorporação da educação popular, por meio da extensão universitária, especialmente nos Círculos de Cultura, favorece a construção de um conhecimento crítico e dialógico, em contraposição à lógica tecnicista e fragmentada, e que a curricularização da extensão pode viabilizar esse processo, se feita numa perspectiva de totalidade. A abordagem teórico-metodológica fundamenta-se na teoria social crítica, no projeto ético-político do Serviço Social e na pedagogia freireana. Além da reflexão teórica, este artigo baseia-se nas experiências como facilitadores/as nos encontros dos Círculos de Cultura. Como resultado, destaca-se que os Círculos de Cultura têm proporcionado espaços formativos horizontais e criativos, mas que não estão alheios aos efeitos nocivos das práticas ultraneoliberais em termos de recursos para se fazer extensão e das condições de trabalho docente. Portanto, sinaliza-se a necessária perspectiva de totalidade no

1 Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFF- RJ) - Niterói, RJ, Brasil. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: valeriarosabicudo@id.uff.br.

2 Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFF- RJ) - Niterói, RJ, Brasil. Doutoranda em

Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

3 Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFF- RJ) - Niterói, RJ, Brasil. Doutorando em Informação e Comunicação em Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/ICICT/Fiocruz).

trato da questão, na medida em que tratar da curricularização da extensão envolve sua indissociabilidade ao ensino e à pesquisa e uma análise crítica sobre o impacto da reestruturação ultraneoliberal no âmbito da política educacional brasileira.

Palavras-chave: Educação popular; Extensão universitária; Círculos de Cultura; Formação em Serviço Social.

ABSTRACT

This article addresses popular education as a pedagogical strategy in public higher education, focusing on the curricularization of extension activities in the Social Work course at UFF/Niterói. It starts from the problem that higher education has historically reproduced educational practices aligned with the logic of capital, restricting the critical and emancipatory potential of alternative pedagogical approaches in academic training. The objective is to analyze the process of curricularizing extension activities at the School of Social Work at UFF/Niterói, through the experience with Culture Circles, their emphasis on popular education, and their dialogue with the Course Project. The analysis seeks to emphasize that popular education can challenge established practices in universities and contribute to the training of critical professionals attuned to a perspective of a popular university. The central hypothesis is that the incorporation of popular education, through university extension, especially in Culture Circles, favors the construction of critical and dialogical knowledge, in contrast to the technocratic and fragmented logic, and that the curricularization of extension can enable this process if done from a perspective of totality. The theoretical-methodological approach is based on critical social theory, the ethical-political project of Social Work, and Freirean pedagogy. In addition to theoretical reflection, this article is based on experiences as facilitators in Culture Circle meetings. As a result, it is highlighted that Culture Circles have provided horizontal and creative formative spaces, but that they are not immune to the harmful effects of ultra-neoliberal practices in terms of resources for carrying out extension and the working conditions of teachers. Therefore, a holistic perspective is necessary when addressing this issue, since discussing the curricularization of extension activities involves its inseparability from teaching and research, as well as a critical analysis of the impact of ultraneoliberal restructuring on Brazilian educational policy.

Keywords: Popular education; University extension; Culture Circles; Social Work education.

INTRODUÇÃO

A educação enquanto prática social é atravessada por disputas de projetos societários, políticos e pedagógicos. No contexto contemporâneo, marcado por retrocessos

no financiamento público e pela crescente mercantilização das políticas sociais, a universidade pública e seus processos formativos se veem desafiados a reafirmar seu compro-

misso com a transformação social. A educação popular pode contribuir para tensionar o instituído, nas linhas de construção de caminhos emancipatórios.

Historicamente marginalizada pelas estruturas formais de ensino, a educação popular carrega em si uma potência transformadora, ao se orientar pelo diálogo, pela escuta e pela valorização dos saberes produzidos no cotidiano das classes trabalhadoras. Quando articulada à extensão universitária, essa perspectiva pedagógica permite ressignificar o papel da universidade e da formação profissional, sobretudo no campo do Serviço Social, aproximando teoria e prática em uma relação dialética e crítica com a realidade concreta.

Este artigo busca refletir sobre a educação popular como estratégia pedagógica no âmbito dos projetos de educação vinculados ao ensino superior público, no contexto da curricularização da extensão, com destaque para as experiências com os Círculos de Cultura na Escola de Serviço Social da UFF/Niterói. Parte-se da compreensão de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é central na construção de uma universidade socialmente referenciada, comprometida com os interesses populares. Nesse sentido, o texto analisa como os Círculos de Cultura, inspirados na pedagogia freireana, vêm contribuindo no processo de curricularização da extensão na ESS/UFF/Niterói, como etapa inicial de formação que antecede à entrada do corpo discente nas ações extensionistas do curso e numa perspectiva de formação crítica, pautada na escuta ativa, no diálogo com os territórios e na construção de pedagogias alternativas àquelas pautadas nas hierarquias tradicionais do saber acadêmico. O objetivo geral deste artigo é analisar o processo de curricularização da extensão na Escola de Serviço Social da UFF/Niterói, por meio

da experiência com os Círculos de Cultura, sua ênfase na educação popular e o diálogo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da UFF/Niterói. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, utilizando uma revisão bibliográfica, além da análise da experiência dos Círculos de Cultura na referida Escola de Serviço Social.

2. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO POPULAR COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA EMANCIPADORA

A educação está presente nas preocupações e no discurso político contemporâneo. Todavia, os seus sentidos são apropriados de formas diferentes pelos sujeitos. Do mesmo modo, as práticas pedagógicas são moldadas pela forma de ver o mundo e as relações sociais. As práticas educativas não se iniciam quando são nomeadas, no seu “fechamento” em espaços institucionais, mas são vivas e produtos das interações sociais e humanas. No contexto que falamos, buscamos atravessar a educação na forma de política social – ensino superior público – e a sua interlocução com a educação popular. Nesse sentido, pretende-se tensionar o componente instituído da educação, com vistas ao instituinte de novas relações sociais.

Historicamente, e ainda hoje, o ensino superior é investido de uma prática que interdita a educação na sua potencialidade popular. O caráter de classe das práticas educativas realizadas nesse espaço muitas vezes reitera a reprodução da sociabilidade capitalista. Tanto nas práticas, como nos discursos, o ensino superior ganha um significado de transmissão de conteúdos para atender a um enquadramento às normas de uma suposta neutralidade, postulada por um determinado saber, cujo sentido é não revelar a sua face oculta. A formação dos sujeitos, nessa direção, segue

a lógica sistêmica de reprodução do modo de produção capitalista.

A instituição universitária, assim como outras instituições sociais, possui intencionalidades estabelecidas por sujeitos históricos no movimento das lutas sociais. Portanto, é possível caminhar na contramão da simples reprodução de práticas da sociabilidade vigente, no sentido de dar lugar à construção de um ambiente que favoreça a produção de um conhecimento popular e um vir a ser de novas práticas.

A educação é mais ampla que a educação formal. Esta modalidade educacional atende, de forma orgânica, às necessidades da lógica capitalista. Nessa acepção, o objetivo finalístico da educação seria formar para o trabalho. Não para o trabalho enquanto atividade humana teleológica, mas para a formação do trabalhador necessário para reproduzir o modo de produção capitalista. Isso instrumentaliza a educação à alienação do sujeito no mundo. Assim, o que deve ser ensinado – e, conseqüentemente, aprendido – se reduz ao conjunto dos signos necessários para a manutenção do instituído. Configura-se, assim, uma ideologia utilitária, na qual a prática é sobreposta e superposta à teoria – e as duas são polos opostos que não se encontram.

A ideologia burguesa – nessa intencionalidade por detrás da desvinculação entre teoria e prática – busca assim estabelecer uma diferenciação hierárquica entre *educação e trabalho*. Isso é também visível nas práticas educativas dentro das salas de aula nas figuras de hierarquia entre professores e alunos. A técnica é apartada da teoria, neutralizando toda e qualquer possível relação do pensamento e da ação. Assim, a *formação* se volta para a reprodução do instituído, ou seja, para a operacionalização de instrumentos e

técnicas, sem uma reflexão das finalidades e da constituição da própria atividade de trabalho.

Tanto a educação, quanto o trabalho são atividades constitutivas do gênero humano. Todavia, as formas de organização de ambas as práticas não são “naturais”, mas constituídas e condicionadas histórica e socialmente. Por isso, a categoria trabalho é fundamental para compreender a educação. Educação e trabalho se relacionam dialeticamente. Para além do sentido formal, as nossas práticas sociais são educativas em diversos níveis. Assim, aprendemos e ensinamos no trabalho e estamos realizando um trabalho quando estamos ensinando ou aprendendo.

No cotidiano, estamos imersos em diferentes espaços formativos, tais como: escolas, família, trabalho, igrejas, etc. Os saberes produzidos e acumulados são transmitidos por meio da escrita e da fala, em diferentes suportes. As práticas educativas foram se complexificando durante a história e passaram a ser mediadas por instituições. Nesse processo, a separação e a divisão de saberes e práticas vão sendo constituídos. O saber compartilhado, que era de todos, vai sendo aprisionado (Brandão, 2006).

A divisão dos saberes legitima um determinado saber como válido. Por isso, tomamos como conhecimento/saber as práticas formais da educação, sobretudo vinculadas às instituições. Qualquer outro tipo de saber construído socialmente em práticas sociais é invalidado. Logo, dicotomiza-se um saber formal/técnico/científico e um saber popular, hierarquizando-os. Este último seria, pelo senso comum, algo de menor “valor” dentro da sociedade. Segundo Brandão (2006, p. 40), o saber popular é oposto ao que muitos tomam como verdadeiro, sendo assim:

Não existiu primeiro um saber científico, tecnológico, artístico ou religioso “sábio e erudito” que, levado a escravos, servos, camponeses e pequenos artesãos, tornou-se, empobrecido, um “saber do povo”. Houve primeiro um saber de todos que, separado e interdito, tornou-se “sábio e erudito”; o saber legítimo que pronuncia a verdade e que, por oposição, estabelece como “popular” o saber do consenso de onde se originou. A diferença fundamental entre um e outro não está tanto em graus de qualidade. Está no fato de que um, “erudito”, tornou-se uma forma própria, centralizada e legítima de conhecimento associado a diferentes instâncias de poder, enquanto o outro, “popular”, restou difuso – não-centralizado em uma agência de especialistas ou em um polo separado de poder – no interior da vida subalterna da sociedade.

Uma educação libertadora busca romper com práticas instituídas que servem meramente à reprodução das relações de dominação e da ordem vigentes.

Para refletirmos nessa direção, no âmbito da educação universitária, vale destacarmos a tão importante diretriz da indissociabilidade entre ensino - pesquisa - extensão, na qual o papel da extensão universitária vem sendo (re)pensado no processo de formação acadêmica. As ações de extensão adquirem maior potencial se vinculadas ao processo de formação (ensino) e à geração de conhecimento (pesquisa). Nessa direção, um novo conceito de ‘sala de aula’ emerge, na medida em que não mais se restringe ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. ‘Sala de aula’ passa a corresponder a um amplo leque de espaços, dentro e fora da universidade, onde é possível apreender e (re) construir o conhecimento como processo histórico-social em suas múltiplas determinações. O eixo pedagógico clássico, antes centrado na relação ‘estudante – professor’, ganha novos componentes: a comunidade, frações das classes trabalhadoras e to-

dos os “de baixo”, nos termos de Florestan Fernandes. Os/as estudantes, assim como a comunidade e tais segmentos com os quais se desenvolve a ação extensionista, deixam de ser meros receptáculos de conhecimento para se tornarem participantes do processo de troca e construção de saber.

Só é possível compreender essa concepção ampliada de educação se entendermos que existem diferentes projetos que competem pela hegemonia tanto no modelo de educação quanto na concepção de sociedade. Ao destacarmos a perspectiva de uma educação emancipadora e dialógica, percebemos que ela contrasta com a abordagem bancária, a qual, segundo Freire (2023), reforça uma cultura do silenciamento, centralizando o saber no educador e, por consequência, anulando outros saberes, enquanto o educando é apenas um objeto na visão do educador.

É importante salientar que estamos tratando de educação inserida na sociabilidade burguesa. No modo de produção capitalista, as esferas da vida humana se transformam em mercadoria e a educação não está imune a essa lógica. Os estudantes são submetidos a um sistema que prioriza o mercado de trabalho, o que resulta na perda da dimensão crítica, filosófica e emancipadora da educação. Dessa forma, fica evidente que há uma disputa de concepções sobre o papel da educação, e a educação popular encontra-se no âmbito de tal disputa, buscando promover uma formação mais crítica e libertadora.

Além disso, transformar a educação em uma mercadoria prejudica a perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois a lógica fragmentada e orientada pelo lucro é contrária à natureza processual dessas atividades e à sua integração. A obrigatoriedade da curricularização

da extensão⁴ representa um grande desafio para as universidades públicas do país, uma vez que torna a extensão uma demanda obrigatória sem que haja previsão adequada de orçamento público e recursos humanos para sua realização. Ademais, há uma agravante adicional, pois o maior partícipe dos recursos públicos destinados a essas instituições tem sido direcionadas para atender interesses privados, aprofundando as desigualdades e comprometendo a autonomia universitária.

Os reflexos na educação são expressivos, de acordo com dados do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Poder360, 2025). Em 2024, o orçamento discricionário das universidades federais, excluídos os benefícios pagos a servidores, somou R\$ 5 bilhões, valor inferior aos R\$ 6,7 bilhões de 2016 e aos R\$ 5,5 bilhões de 2019. A mesma pesquisa mostra que houve um corte progressivo desde 2016 e que, no momento mais crítico, durante a pandemia no governo Bolsonaro, o valor caiu para R\$ 3,5 bilhões em 2021.

Diante dessa conjuntura de cortes e desafios, reafirmar a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão é uma tarefa árdua e necessária e

[...] a curricularização da extensão neste cenário é algo que deve exigir particular cuidado por parte daqueles que defendem um projeto de universidade pública, presencial, laica, gratuita e socialmente referenciada. A curricularização em si não é algo “ruim” para a universidade, a questão é que, no atual contexto, as forças antidemocráticas podem se beneficiar deste processo para reforçar uma concepção de extensão voltada para os interesses do mercado e não para os princípios que regem a Política Nacional de Extensão (ABEPSS, 2023, p. 27).

Dessa forma,

[...] referendamos uma concepção de extensão como popular, comunicativa e orientada para processos de uma educação emancipatória: que se baliza pelo método da educação popular pois coloca como ponto de partida a autonomia dos sujeitos e construção de alternativas junto com eles, respeitando seus interesses; Que reafirme a atualidade do significado da relação profissional com os movimentos sociais redimensionando criticamente a formação e o perfil profissional fortalecendo os processos de renovação profissional; Que referenciam práticas educacionais emancipadoras como forma de superar o enfoque de “difusão” atuando com maior inserção na realidade social e política brasileira (ABEPSS, 2023, p. 23).

Compreendemos assim que há potencialidades no que se refere à curricularização da extensão, no entanto, não há “fórmula mágica” para que isso aconteça. Vejamos como a extensão universitária vem dialogando com determinada perspectiva de Educação Popular presente nos Círculos de Cultura e como esses eixos integram o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFF/Niterói.

3. OS CÍRCULOS DE CULTURA NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA ESS/UFF-NITERÓI

Neste item, buscaremos situar a relação entre extensão universitária, a perspectiva de educação popular presente na experiência dos Círculos de Cultura e o diálogo de tal perspectiva com o processo de revisão curricular no curso de Serviço Social da ESS/Niterói. A extensão, como uma das dimensões integrantes do currículo, tem como objetivo integrar teoria e prática, além de pautar o de-

⁴ Tal obrigatoriedade está fundamentada na Resolução CNE N°7, de 18 de dezembro de 2018, e no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. As atividades de extensão devem corresponder a, no mínimo, 10% da carga horária curricular total dos cursos de graduação. Assim, é fundamental que as instituições de ensino superior integrem tais atividades em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

bate sobre um projeto de universidade aberta e em sintonia com as demandas e interesses populares e das classes trabalhadoras. A educação popular como estratégia pedagógica e referencial teórico-metodológico contribui para a formação em Serviço Social de acordo com o Código de Ética Profissional. A revisão curricular do curso, nesse momento em processo de implementação, nos oferece os parâmetros para pensarmos e avaliarmos, crítica e sistematicamente, a operacionalização desses elementos integrantes do processo formativo da/o assistente social, tendo em vista um/a profissional mais crítico/a e comprometido/a com os valores do nosso Projeto Ético-Político profissional e com uma concepção de universidade popular.

As experiências de curricularização da extensão e de operacionalização dos Círculos de Cultura na Escola de Serviço Social/UFF – Niterói ocorrem em um momento em que se processa a implementação do novo currículo do curso, iniciada concretamente no primeiro semestre de 2023. O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC) é resultado do processo de revisão curricular realizado por meio de debates coletivos entre o Núcleo Docente Estruturante e a comunidade acadêmica da ESS/UFF no período de 2017 a 2019. O novo PPC possui vínculos orgânicos com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, destacando a sua direção social, princípios, objetivos e sua própria lógica de organização curricular. Sendo assim, trabalha-se na perspectiva de formação de novos quadros profissionais afinados com o Projeto Ético Político da profissão e fundamentados na teoria social crítica. A estrutura do PPC conta com três núcleos de fundamentação: fundamentos da vida social, da formação social histórica brasileira e do trabalho profissional. Esses núcleos “se expres-

sam de formas distintas em espaços pedagógicos constitutivos das ações do ensino, da pesquisa e da extensão” (Núcleo Estruturante do PPC da ESS, 2019, p. 02).

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS situam a “questão social”, o trabalho e o serviço social como eixos fundamentais da formação profissional. Essa centralidade da “questão social” e do trabalho exige capacidade crítica para compreender e refletir sobre os fenômenos sociais, no conjunto da produção e reprodução das relações sociais (em sua totalidade histórica) e sobre as possibilidades de intervenção profissional.

A extensão universitária, como ação integrante do Projeto Pedagógico do Curso, é um dos elementos do processo formativo acadêmico (para além do estágio curricular obrigatório) que contribuem para que os saberes adquiridos em sala de aula possam ser apreendidos a partir de situações concretas e cotidianas vivenciadas por diferentes segmentos da sociedade, fundamentalmente, pelos grupos subalternizados. Via extensão universitária, as/os assistentes sociais em formação entram em contato com diversas e complexas demandas comunitárias que se apresentam, em sua maioria, como expressões da “questão social” em suas interfaces com o mundo do trabalho, da cultura, com a questão ambiental, dentre outras. Através de uma escuta qualificada, diálogo e de métodos de observação e registros, os/as estudantes, são desafiados/as a desenvolver uma atuação crítica, criativa e propositiva (Vasconcelos, 2015).

De acordo com Iamamoto (2004), a formação profissional, para além da perspectiva de diplomação para a inserção de assistentes sociais no mercado de trabalho, envolve:

(...) um projeto profissional que, demarca-

do pelas condições efetivas que caracterizam o exercício profissional do Assistente Social diante da divisão social e técnica do trabalho, seja capaz de responder às demandas atuais feitas à profissão a partir do mercado de trabalho e de reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, expressão de exigências históricas que se apresentam à profissão pelo desenvolvimento da sociedade em um contexto conjuntural específico. Refere-se a um projeto profissional com uma direção social definida, capaz de articular-se teórica e praticamente aos projetos sociais das classes sociais subalternas em suas relações com as forças atualmente dominantes (Iamamoto, 2004, p. 163).

A profissão do Serviço Social está inserida na divisão sociotécnica do trabalho no modo de produção capitalista e, mesmo sendo hoje respaldada por um projeto ético-político que defende uma sociedade emancipada do capital, participa da reprodução das relações sociais, tanto na dimensão objetiva (reprodução material da classe trabalhadora) como na dimensão subjetiva (manutenção dos valores da ordem dominante). Porém, cabe ressaltar que a autonomia relativa e a própria condição de trabalhador assalariado do/a assistente social, oferecem, em algum nível, ao profissional, uma possibilidade de atuar na luta (ou mesmo oferecendo subsídios a ela) por uma nova ordem social diferente da capitalista; por uma nova concepção de mundo, sem exploração de classe e nenhuma forma de opressão.

Como nos lembra Iamamoto (2008), o trabalho do/a assistente social:

[...] Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto.

Participa tanto de mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas (Iamamoto, 2006, p. 75).

Diante disso, Abreu e Cardoso (2009) defendem a profissão como uma atividade de cunho eminentemente educativo. Abreu (2002) destaca a função pedagógica do Serviço Social. Para a autora:

[...] a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meios dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social (Abreu, 2002, p. 17).

Dentre os perfis pedagógicos vinculados à profissão, a autora destaca a existência de uma “pedagogia emancipatória”⁵ que emerge no final da década de 1970, no auge da crise profissional que toma forma quando são negadas as bases conservadoras do Serviço Social e a profissão passa a se vincular aos interesses das camadas subalternizadas e às lutas por uma outra ordem societária, diferente do capitalismo.

5 Além da “pedagogia emancipatória”, a autora também sinaliza, na história da profissão, a existência de dois outros perfis pedagógicos da prática profissional: o da “pedagogia da ajuda” e o da “pedagogia da participação”. Sobre isso ver Abreu (2002).

Abreu (2002) sinaliza que, na cena contemporânea, a pedagogia emancipatória dos assistentes sociais vinculados aos interesses das camadas subalternizadas pode desembocar em duas tendências: uma limitada ao compromisso com as lutas dos segmentos subalternizados, no campo da defesa dos direitos assegurados pelo chamado Estado de Bem-Estar Social, e outra alicerçada com tais lutas, mas na perspectiva da superação da ordem vigente, tendo como horizonte o socialismo. Aqui vale destacar que essa última tendência acaba deixando fluidas as fronteiras entre trabalho profissional e militância política de caráter revolucionário (Iamamoto, 2008; Abreu e Cardoso, 2009).

Vale destacar que “a função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura” (Abreu; Cardoso, 2009, p. 594). A cultura envolve um conjunto de ações vinculadas aos processos de formação de “um modo de pensar, sentir e agir [...] no sentido gramsciano, como sociabilidade” (Abreu; Cardoso, 2009, p. 594). Assim, a função pedagógica do trabalho dos/as assistentes sociais fundamenta-se na ideia gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (Gramsci, *apud* Abreu; Cardoso, 2009, p. 596).

Como apontam Duriguetto e Baldi (2012), no campo do debate da relação da profissão com os movimentos sociais, surgem, correntemente, intervenções classificadas no campo da educação popular. Contudo, os autores destacam a “relativa polissemia” que existe em torno do conceito de educação popular e que isso exige maior amadurecimento da profissão em torno dos conteúdos teóricos que atravessam essa categoria analítica. Destarte, a categoria educação popular aparece, frequentemente, associada às ideias de “mo-

bilização, conscientização e organização das classes subalternas”. Estas aparecem vinculadas a campos teóricos e políticos bastante distintos – o que conduz a projetos com perspectivas sociopolíticas também distintas (Duriguetto e Baldi, 2012; Paludo, 2001).

De qualquer forma, vale situar de qual perspectiva sobre educação popular estamos partindo. Filiamo-nos aqui a uma concepção dialógica de educação, no sentido freireano. A educação, para Freire, é um ato político, cujo ponto de partida é a tomada de consciência crítica da realidade, visando à sua transformação.

Na pedagogia freireana,

O diálogo viabiliza metodologicamente o movimento da práxis: partir do vivido e do sabido (se quisermos, partir do senso comum), discuti-lo, criticá-lo, ampliá-lo (na direção do bom senso), para daí não só mudar sua visão de mundo, mas transformar o mundo (Fávero, 2011, p. 7).

Defendemos a Educação Popular como uma concepção educativa que se coloca na perspectiva contra-hegemônica e de resistência ao modelo de produção capitalista, forjada na realidade concreta da luta dos trabalhadores, num processo feito “por eles” e com eles, e não “para eles”, e tendo como horizonte a emancipação humana (Paludo, 2013, p. 65).

O debate sobre Educação Popular, no que se refere ao ensino, vem ganhando presença significativa no currículo do Serviço Social brasileiro, embora nem sempre tenha status de disciplina obrigatória. A Educação Popular não se constitui enquanto uma disciplina na grade curricular do curso de Serviço Social da ESS/Niterói. Entretanto, o tema da Educação Popular aparece diretamente como conteúdo obrigatório na grade do novo currículo

na ementa da disciplina Movimentos Sociais e Serviço Social. Indiretamente essa temática também aparece como conteúdo obrigatório na disciplina Oficina Teórico-Prática do Serviço Social II – A, quando trata das ações socioeducativas no trabalho profissional; trabalho com grupos; mobilização; participação e controle social, e na disciplina Serviço Social e os Espaços Sócio-Ocupacionais, quando discute o trabalho profissional com os movimentos sociais e com organizações da classe trabalhadora. Esse aporte do tema no novo PPC permite um rico e importante leque de debates vinculados à Educação Popular no âmbito da formação. Como desafio, apontamos a importância dessa temática ser mais trabalhada numa articulação entre as disciplinas e também por meio da oferta de disciplinas optativas/eletivas que possam abordar essa questão de forma mais aprofundada.

No que se refere à prática da extensão na dinâmica formativa dos cursos de Serviço Social, destacamos que, no atual processo de curricularização da extensão na ESS da UFF/Niterói, vem sendo construído um espaço de formação curricular que antecede à inserção do corpo discente nos projetos extensionistas em andamento, e que tem como eixo central a Educação Popular: os Círculos de Cultura. Vale destacar que os projetos extensionistas da ESS se apoiam ou dialogam com métodos da Pesquisa Científica, tais como o materialismo histórico-dialético; pesquisa bibliográfica; pesquisa quali-quantitativa; pesquisa qualitativa; pesquisa-ação, dentre outras.

A implementação da curricularização ocorreu em agosto de 2023 e com ela foi criada uma Comissão de Extensão, visando organizar todo o processo. A extensão não foi incorporada como carga horária por meio de disciplinas. O formato adotado pressupõe a carga horária computada por meio da parti-

cipação exclusiva dos estudantes em ações de extensão. Com isso, a proposta encaminhada pela ESS/UFF foi de construção do referido espaço de formação extensionista inicial para estudantes, antecedendo à inserção nos projetos extensionistas da Escola, como já foi sinalizado. Tal espaço oferece formação teórico-política na perspectiva de educação popular: os Círculos de Cultura. Vale destacar a constituição de uma Coordenação de Extensão visando a acompanhar o novo formato da extensão na ESS.

A dinâmica de organização dos encontros nos Círculos de Cultura possui uma disposição física circular, como uma roda de conversa. Busca-se promover a diminuição hierárquica que reside historicamente dentro da universidade e no espaço da sala de aula. Isso facilita a dinamicidade e a contribuição de todas as pessoas participantes do grupo, num ambiente de igualdade, acolhimento e horizontalidade. O diálogo vai se constituindo em processo, na abertura entre facilitadores e participantes do Círculo. Essa pedagogia da comunicação e do diálogo (Freire, 2019) orienta a produção das atividades. Nos encontros, o trabalho com outras linguagens e recursos didáticos diferenciados torna-se presente. Textos literários, materiais audiovisuais e fonográficos são parte do repertório de recursos utilizados. Nessa direção, atividades criativas e artísticas dão corpo às problematizações realizadas.

As temáticas são tratadas a partir de uma interlocução direta com aspectos da realidade social e da cultura do próprio público participante, que, em sua maioria, é de origem periférica e compõe as frações das classes trabalhadoras. Por meio do diálogo, é feito um levantamento das noções e experiências vividas, percebidas e concebidas pelos participantes. É feita uma primeira leitura da rea-

lidade concreta vivida, sentida, para em seguida problematizá-la. Essa leitura se dá por meio da construção de um sentido coletivo para as questões trabalhadas. Esse sentido ganha nova direção dentro da sociabilidade e das relações de poder historicamente predominantes no espaço acadêmico. Isso permite o desvelamento coletivo do mundo e a observação das dimensões estruturais que constituem as relações sociais. Expressões da “questão social”, que ganham conotação de “problemas individuais”, a partir de uma mistificação burguesa, vão sendo compreendidas/problematizadas considerando seu caráter coletivo e estrutural.

A aproximação com as dimensões sociais e culturais no processo educativo nos permite problematizar a atividade extensionista com o grupo. Tendo em conta a importância do diálogo, a extensão não pode ser um processo de “transmissão” de conhecimento, mas deve ser a constituição de um saber conjunto com os/as participantes dos Círculos e com a comunidade. A dimensão crítica da extensão aparece atrelada à necessidade de se orientar pelo questionamento e enfrentamento às relações de exploração de classe e de opressões de gênero e raça. Então, o sentido coletivo para a extensão vai se constituindo a partir de problematizações e defesa de valores como a liberdade, a igualdade, dentre outros, que são princípios que recuperamos do próprio Código de Ética Profissional e do Projeto Ético-Político do Curso de Serviço Social.

A experiência dos Círculos de Cultura tem um caráter formativo. É de abertura: ao diálogo, ao (re)conhecimento da importância da extensão e das práticas da educação popular e libertadora. Como já sinalizamos, essa é uma abordagem inicial que antecede a entrada das/os estudantes em projetos de extensão da Escola – o que possibilita que elas/es

desenvolvam um olhar crítico sobre a complexidade da realidade social nos campos. O conhecimento coletivo que é construído fortalece a reflexão sobre a extensão no âmbito da Escola de Serviço Social da UFF, fortalecendo a importância de retomar princípios da extensão que estejam voltados a um projeto popular de universidade pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada neste artigo buscou refletir sobre a importância da educação popular como estratégia pedagógica no ensino superior público, com foco na curriculização da extensão universitária no curso de Serviço Social da UFF/Niterói. Partimos do entendimento de que a universidade, historicamente, tem reproduzido práticas e saberes alinhados à lógica do capital, limitando sua função social e o potencial crítico da formação acadêmica. A intensificação do projeto ultra neoliberal, especialmente após 2016, agravou ainda mais esse cenário, impondo cortes orçamentários, fragilização da autonomia universitária e reconfiguração da universidade segundo interesses mercadológicos.

Neste contexto, reafirmamos que a extensão universitária, quando articulada à educação popular e aos princípios do projeto ético-político do Serviço Social, pode romper com práticas instituídas e contribuir para a construção de uma universidade popular, crítica e socialmente referenciada. Os Círculos de Cultura, como prática extensionista inspirada na pedagogia freireana, revelam-se como espaços de aprendizagem horizontal, criativa e transformadora, onde saberes acadêmicos e populares dialogam de forma dialética.

Assim, reafirmamos a urgência de fortalecer práticas pedagógicas emancipatórias, que reconheçam e valorizem os saberes populares,

e de construir uma universidade que, de fato, contribua para a superação das desigualdades sociais, com base na justiça social, na democracia e na liberdade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Curricularização da extensão e Serviço Social**. Versão final publicada em 26 jan. 2023. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social_final-202301261913054487670.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DURIGUETTO, Maria Lucia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000200005>. Acesso em 29 jan. 2026.

FÁVERO, O. **Paulo Freire**: importância e atualidade de sua obra. E-curriculum, São Paulo, v.7, n. 3, nov. 2011. Edição Especial de aniversário de Paulo Freire. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/7589/5541>. Acesso em: 01 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 91 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social**

na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**. Uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular e Educação do Campo**: Nexos e Relações. In: STRECK; D. R. e ESTEBAN, M. T. Educação Popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PODER360. O orçamento das universidades federais está abaixo do nível pré-pandemia. **Poder Educação**. Brasília, 26 mai. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-educacao/orcamento-de-universidades-federais-esta-abaixo-do-nivel-pre-pandemia/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1a ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Recebido em: 26/08/2025

Revisado em: 06/11/2025

Aprovado em: 04/12/2025